

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.663.289 - PR (2020/0033915-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MONTAGO CONSTRUTORA LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCIONE PEREIRA DOS SANTOS - PR017536**  
**DOUGLAS ALBERTO DOS SANTOS - PR065466**  
**AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : VOLNIR CARDOSO ARAGAO - RS028906**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MONTAGO CONSTRUTORA LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO CONTRATOS BANCÁRIOS AÇÃO MONITORIA RECONVENÇÃO REPETIÇÃO/COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 1 NO TOCANTE À REPETIÇÃO/COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO EM VIRTUDE DO PRINCÍPIO QUE VEDA O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO CREDOR ASSENTOU-SE ENTENDIMENTO DE QUE CASO VERI?CADA A COBRANÇA DE ENCARGOS ILEGAIS É DEVIDA INDEPENDENTEMENTE DE COMPROVAÇÃO DE ERRO NO PAGAMENTO TENDO EM VISTA A COMPLEXIDADE DOS CONTRATOS EM DISCUSSÃO CUJOS VALORES SÃO DEBITADOS UNILATERALMENTE PELO CREDOR NO CASO DOS AUTOS TODAVIA NÃO HÁ VALORES A RESTITUIR 2 A TERCEIRA TURMA DESTA REGIONAL POSSUI ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER ?XADOS EM 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA/CONDENAÇÃO DESDE QUE NÃO CONFIGURE VALOR EXORBITANTE OU IRRISÓRIO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 371 do CPC, no que concerne à comprovação da má fé, trazendo os seguintes argumentos:

Portanto, procedente o pleito reconvenicional, vez que, evidente a má-fé da Recorrida ao demandar débito que já sabia que estava pago. (fls. 275).

Portanto, Eméritos Julgadores, é clara a afronta ao art. 371 do CPC, ferindo a lei nacional, dando-lhe interpretação completamente diversa, razão pela qual a devolução dos autos para o Tribunal de Origem para a correta valoração das provas produzidas, que restará fatalmente na

# *Superior Tribunal de Justiça*

procedência do pleito reconvenicional, é a medida que se impõe. (fls. 276).  
É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente